

## Educação Profissional: reflexões sobre a construção da autonomia nas relações de trabalho a partir do processo educativo

**Gisela Lange do Amaral**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Rio-Grandense  
giseladoamaral@gmail.com

As reflexões aqui apresentadas resultam da busca pela compreensão sobre quais conhecimentos podem compor currículos da Educação Profissional desenvolvida na perspectiva da construção da autonomia e da emancipação dos alunos. Fazem parte da fundamentação à tese de doutorado que desenvolvo que trata da inclusão do conhecimento sobre *relações de trabalho alternativas às capitalistas* no currículo da Educação Profissional<sup>1</sup>.

No campo de estudos Trabalho-Educação, onde me localizo, muito tem sido pensado e proposto na perspectiva da construção de processos escolares emancipatórios, a partir do método dialético e de concepções circunscritas ao

---

<sup>1</sup>*Relações alternativas* que Paul Singer apud Bocayuva (2003) traz como “um conjunto de ações com vistas à formação de modos de produção associativos para um projeto estratégico anticapitalista e de desenvolvimento humano sustentável, que ocorre no contexto do próprio modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que rompe com seus limites.”

materialismo histórico e ao trabalho como princípio educativo. Isso, porque se entende emancipação e autonomia como condição para a autorrealização dos sujeitos e, ao mesmo tempo, para sua participação em processos de transformação social que pretendam a superação do sistema capitalista de produção.

Segundo o conceito de autonomia trazido por Cattani (2000, p. 146)

De acordo com sua etimologia grega, o termo autonomia significa a condição de um indivíduo ou de um grupo suscetível de se determinar por si mesmo, segundo suas próprias leis. [é a] *capacidade* de tomar decisões enquanto ser, ou grupo racional e consciente (grifo do autor).

O autor aborda a questão da autonomia no espaço da vida em sociedade. E, nesta perspectiva, a divide em dois níveis: o primeiro, diz respeito à atividade laboral onde só o sujeito com condição de autonomia pode realizar a escolha das tarefas, dos meios e dos sentidos do trabalho que resultem em dignidade e satisfação; o segundo, remete à ação política, à vida em sociedade e à produção cultural. Nessas esferas, autonomia significa viver livre de imposições tirânicas, normas arbitrárias ou trabalhos servis (CATTANI, 2000, p. 147).

Tal compreensão vai ao encontro, portanto, da condição de autodeterminação que se pretende aos indivíduos ou grupos numa organização social para além do capitalismo. Mas, antes disso, é condição necessária aos que serão sujeitos e autores dessa transformação.

Parto da compreensão de que a ascensão desses sujeitos à condição de emancipados é possível por dentro do próprio sistema capitalista quando desenvolvida nos seus espaços de contradição, onde as promessas de igualdade e justiça do sistema capital se contradizem com a realidade da exploração de poucos sobre muitos.

E a educação é um espaço privilegiado para a explicitação dessas contradições; portanto, para o desenvolvimento desse processo de emancipação.

Em se tratando de Educação Profissional, onde o trabalho é objeto e pode ser fundamento da formação escolar, essa possibilidade fica mais evidente.

Com essa compreensão, o ensino integrado – que articula formação geral com formação técnica – tem recebido atenção especial daqueles que veem a importância do trabalho como princípio educativo para a educação emancipadora.

Marise Ramos (2008), acerca da concepção de ensino médio integrado, elenca três sentidos que, no seu entendimento, nele se complementam: i) a formação omnilateral; ii) a indissociabilidade entre educação profissional e educação básica; iii) a integração de conhecimentos gerais e específicos como totalidade.

Ao transpor essa concepção para o ensino médio integrado possível de ser ofertado hoje no Brasil, é necessário fazê-la constituinte de suas práticas concretas e não apenas de seus projetos pedagógicos.

Com esse objetivo, para que se possa buscar uma aproximação com a formação omnilateral – capaz de desenvolver as múltiplas capacidades do ser humano –, não basta que a Educação Profissional contemple conhecimentos sócio-históricos e técnico-científicos, das ciências humanas e das ciências exatas. É preciso articulá-los na concepção de “totalidade” indicada por Ramos (2008) e desenvolvê-los de forma a recuperar a relação entre o conhecimento e a prática do trabalho, onde a ciência se converta em potência material no processo de produção, a fim de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas utilizadas na produção (FRIGOTTO *et al*, 2005). E, acrescento, de maneira que a formação profissional permita aos alunos o domínio de conhecimentos suficientes ao exercício de atividades laborais que lhes possibilitem remuneração compatível com uma condição de vida digna.

Dentre os que discutem propostas a partir dessa concepção, já é senso comum a ideia de que a formação escolar deve promover o acesso aos conhecimentos necessários à produção da vida articulando-os à apreensão da realidade onde o aluno se insere e das relações sociais que nela se estabelecem.

Mais além, autores como Lia Tiriba, Maria Clara Bueno Fischer e Naira Franzoi vêm acrescentando a esse escopo a valorização e o resgate dos saberes do trabalho, abrindo a possibilidade de articulá-los ao conhecimento técnico-científico e incorporá-los à formação profissional.

Portanto, o domínio e a articulação entre conhecimentos sócio-históricos, ético-políticos e técnico-científicos vêm sendo indicados como condição fundamental à possibilidade de construção da Educação Profissional emancipatória.

Completando esse conjunto de conhecimentos já consolidados como indispensáveis à Educação Profissional constituída nessa perspectiva, acrescento o que Fischer e Tiriba (2009, p. 02) trazem como “velho/novo” objeto de estudo da área Trabalho-Educação: a discussão sobre relações de trabalho alternativas às capitalistas.

É digno de nota que, assim como no atual contexto do sistema capitalista tornam-se cada vez mais complexas as relações econômico-sociais, o campo de estudos e pesquisas Trabalho e Educação também se complexifica. Não por acaso, as relações entre trabalho associado, educação e autogestão entram em cena, criando contornos singulares de reflexão e ação. Pensar a articulação entre essas práticas sociais implica em nos inserir e dar continuidade às reflexões já consolidadas no Campo. Demanda, de certa forma, reconhecer o nascimento de um novo/velho objeto de estudo que solicita ser teorizado.

Com a intenção de incorporar as ações efetivas o resultado desses estudos, que já demonstram consistência importante, discuto a possibilidade e a forma de incluir-se o conhecimento sobre relações de trabalho alternativas às capitalistas, como componente da base constituinte da Educação Profissional emancipatória.

Refiro-me à inclusão na matriz curricular, inclusive como disciplina, do conhecimento sobre trabalho associado, economia solidária, cooperativismo ou outras variantes de relações de trabalho construídas na perspectiva de superação das relações capitalistas de produção<sup>2</sup>.

Se em diversos cursos de formação profissional há a disciplina Empreendedorismo, levanto a possibilidade de haver, também, a disciplina de Economia Solidária ou, quem sabe melhor, Economia Solidária ao invés de Empreendedorismo.

---

<sup>2</sup> CATTANI (2003, p. 9) traz cerca de 40 conceitos e práticas que “designadas por termos tais como economia solidaria, socioeconomia, novo cooperativismo, empresas autogestionárias e outros,[...] correspondem a realizações inovadoras, associadas a novos valores e princípios que se opõem às praticas excludentes, sócio e ambientalmente predatórias”. Sobre o assunto, ver tb GUERRA (2007).

Parto da compreensão de que mesmo que o aluno tenha uma sólida formação geral, domine os conhecimentos fundamentais à sua prática profissional e tenha condições de interpretar as relações sociais onde interage, ainda assim estará inserido em relações capitalistas de produção e de trabalho e exposto a todo seu poder predatório.

Há que reconhecer-se que o capitalismo permanece, apesar da possível resistência e de nosso olhar muitas vezes pousado na utopia que, no horizonte, se mostra como o que ainda não existe.

O que venho percebendo, a partir de leituras feitas e das reflexões realizadas, é que a tentativa contra hegemônica de oferecer-se formação profissional que possibilite autonomia e emancipação aos sujeitos não pode prescindir, em seus conteúdos programáticos, da apresentação, discussão, análise e práticas sobre relações de trabalho não capitalistas.

De outra forma, o aluno, dentro ou fora da escola, dificilmente terá contato ou conhecerá relações de trabalho diferentes daquelas que o exploram ou, se obtiver “sucesso”, onde ele seja o explorador.

Mas, é preciso reconhecer-se os limites dessa possibilidade. Construir processos escolares emancipatórios é tarefa dificultada por múltiplos fatores, já que implica num percurso que vai à contramão do que tem sido a função precípua da escola pública no capitalismo (MESZÀROS: 2008, p. 35), qual seja, a de conformar corpos, mentes e consciências para a manutenção desse sistema.

Por isso, pensar-se em propostas que não estejam conformadas a matrizes curriculares, com disciplinas e conteúdos pré-definidos no Projeto Pedagógico dos cursos, torna a tarefa mais difícil ainda.

Com essa compreensão, resultado de reflexões feitas a partir de pesquisas acadêmicas articuladas a longa experiência docente na Educação Profissional, venho participando da construção de propostas de formação profissional integrada que sejam possíveis de realizar-se dentro do sistema de ensino regular e tendo como parceiros os agentes que o compõem. Via de regra, são propostas conformadas à organização curricular tradicional. No entanto, sempre buscando-se a inclusão de pressupostos –

conceituais, metodológicos, pedagógicos e de conhecimentos a serem trabalhados – voltados à formação emancipatória. São movimentos, às vezes de resistência, às vezes de avanço que, na medida do possível, dão visibilidade e espaço a alternativas para o que o sistema capital impõe.

Nessa perspectiva, vejo não só a inclusão efetiva, mas a própria disputa por espaço para inclusão na matriz curricular da Educação Profissional do conhecimento sobre relações de trabalho para além das capitalistas, como forma de, ao mesmo tempo, demarcar a resistência às relações capitalistas, divulgar outras relações de trabalho possíveis e instrumentalizar os alunos para construir e participar de relações mais justas, solidárias e que respeitem as pessoas e o ambiente onde se desenvolvem.

É o “velho-novo” tema/campo/práxis que, articulado com o já pensado e o já proposto, pode reforçar as bases de uma Educação Profissional *para além do capital*.

## REFERÊNCIAS

BOCAYUVA, P.C. C. **Transição, revolução social socialista e a economia solidária**. Em: Revista Proposta, n. 97. Jun/ago 2003, p. 17-27. Rio de Janeiro: FASE.

CATTANI, A. **Trabalho e Autonomia**. Petrópolis: Vozes. 2000. 2ª Ed.  
\_\_\_\_\_. **A outra economia**. Porto Alegre, Veraz. 2003

FISCHER, M. C. B. e TIRIBA, L. De olho no conhecimento “encarnado” sobre trabalho associado e autogestão. In: CANÁRIO, R. e RUMMERT, S. (org). **Mundos do trabalho e aprendizagem**. Lisboa: Educa, 2009, p. 174-188.

FRIGOTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. A gênese do Decreto n.5154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. SP: Cortez, 2005. p.21-56.

GUERRA, P. (org.). **¿Cómo denominar a las experiencias económicas solidarias basadas en el trabajo?** Em: Revista Otra Economía. Vol I. n. 1. 2ºsem/2007. Argentina: RILESS. p. 21-27.

MESZÁROS, I. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo. 2008. 2ª Ed.  
RAMOS, M. Concepção do ensino médio integrado à educação profissional. In: **O ensino médio integrado e construções a partir da implantação da Rede Pública Estadual do Paraná**. Curitiba: SEED/PR, 2008. p.61-77.